



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA**

**LIDO**

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO  
PROTOCOLO LEGISLATIVO  
PROCESSO Nº 1461/2022

SOLICITA AO EXECUTIVO MUNICIPAL  
INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS  
RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS DO  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL NO VALOR DE R\$ 655.731,20  
DE DESTINAÇÃO VINCULADA  
AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO E  
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA  
LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE RUAS  
E RIOS AUTORIZADO PELA PORTARIA  
402 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Comissão Especial de Transparência, infra-assinada, satisfeitas as formalidades regimentais, com base no Inciso XIV do Art. 78 da LOM, solicita ao Executivo Municipal informações sobre os Recursos Federais recebidos do Ministério do Desenvolvimento Regional no valor de R\$ 655.731,20( seiscientos cinquenta e cinco mil setecentos e trinta e um reais e vinte centavos), para a aquisição de maquinário e contratação de pessoal para limpeza e desobstrução de ruas e rios, autorizado pela Portaria 402 de 17 de fevereiro de 2022.

Conforme o formulário de Solicitação de Recursos Federais, processo SEI nº 59052.009072/2022-73, a Prefeitura Municipal solicitou recursos aquisição de maquinário e contratação de pessoal para Serviços para Limpeza Urbana e Desobstrução de Vias, bem como Limpeza Urbana e Desobstrução de Canais a comissão requer as seguintes informações:

- 1- Apresentação da relação de todos os maquinários locados pela prefeitura.
- 2- Apresentação da relação pormenorizada de cada maquinário.
- 3- Apresentação da integra de todos os contratos de locação de veículos celebrados.
- 4- Apresentação da integra de todos os processos administrativos vinculados a locação dos maquinários.
- 5- Houve cotação de preço para a realização das locações? Se sim, que sejam apresentadas as cotações, se não, que seja apresentada a motivação administrativa para sua dispensa.
- 6- Qual Secretaria ficará responsável pela execução dos Recursos? Quem será o ordenador de despesas?

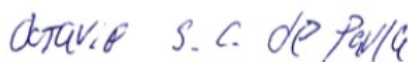
A atividade do Poder Legislativo contempla não só a função legislativa, mas também a o exercício da fiscalização e controle externo da legalidade e adequação dos atos praticados pelo Poder Executivo, tal como se infere pelo Art. 31, §1º da CRFB/88, Art. 67 e 78, XIV da LOM.

Situações de excepcionalidade institucional são a exceção no ordenamento jurídico brasileiro e devem ser tratadas como tais, uma vez que relativizam os instrumentos de controle, transparência, segurança jurídica e previsibilidade quanto a atuação do Poder Público. É especialmente preocupante a possibilidade de dispensa de licitação, tal como previsto na Leinº 14.133/2021, Art. 75, VIII, o que demanda a atenção e fiscalização daqueles imbuídos do Poder Fiscalizatório.

Desse modo, o Poder Legislativo, ciente de seu ônus constitucional fiscalizatório, vem requerer os documentos supramencionados, a fim de demonstrar a população petropolitana o fiel cumprimento de seu papel fiscalizatório.

As informações deverão ser prestadas no prazo máximo de vinte dias, por força do Art. 78, XIV da LOM c/c Art. 11, §1º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.517/2011).

Sala das Sessões, 10 de Março de 2022

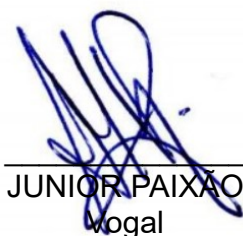


OCTAVIO SAMPAIO  
Presidente

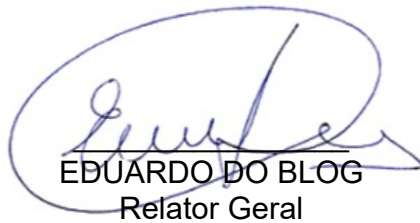
RONALDO RAMOS  
Vogal



DR. MAURO PERALTA  
Vogal



JUNIOR PAIXÃO  
Vogal



EDUARDO DO BLOG  
Relator Geral